

CONTRIBUIÇÃO PROTESTANTE À REFORMA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA PAULISTA

Cesar Romero Amaral Vieira *

Introdução

Ainda que sua atuação hoje não esteja tão presente nas páginas da história da educação brasileira, o protestantismo norte-americano exerceu, nas primeiras décadas de implantação no Brasil, um papel relevante na história da educação paulista. Não são poucos os personagens que viveram imersos nas tramas do período histórico aqui analisado, bem como alguns historiadores mais distantes dos fatos, compreenderam que escrever a história de São Paulo exige que se consagre numerosas páginas à presença dos protestantes norte-americanos, e sua destacada influência tanto na definição do modelo educacional adotado nas escolas públicas, como no pensamento político da elite republicana de São Paulo.

Com o intenção de apontar para a necessidade de se fazer um resgate histórico, aprofundando alguns aspectos da presença de imigrantes norte-americanos no Brasil, pretendemos demonstrar através da análise do período que abrange a passagem do regime monárquico ao republicano, - mais precisamente durante a Primeira República -, que o modelo educacional e o acento nas idéias liberais, trazidas pelos primeiros colégios protestantes norte-americanos, exerceram uma grande influência sobre a sociedade paulista, chegando mesmo a contribuir em larga escala para o aprimoramento da reforma da educação pública de São Paulo sob o governo republicano de Prudente de Moraes. Ainda que esse entusiasmo não tenha resistido às composições políticas posteriores.

Foi somente a partir da segunda metade do século XIX que os protestantes, de origens missionárias, desembarcaram em portos brasileiros. Originários, principalmente, do movimento de expansão missionária norte-americana do Sul dos Estados Unidos, Metodistas, Presbiterianos, Batistas e Congregacionais chegaram ao Brasil com propósitos idênticos de

* Doutor em Ciência da Religião pela UMESP e doutorando em Educação pela UNIMEP. E-mail: crvieira@unimep.br

evangelizar e educar a nação. Uma das conseqüências imediatas dessa presença foi o abalo da hegemonia estabelecida pela Igreja Católica no campo religioso, político e cultural.

Trataremos aqui de modo muito rápido, dos aspectos ideológicos contidos na ação educativa propagada pelos princípios educacionais empreendidos pelos protestantes no Brasil. Antes, porém, é necessário uma rápida aproximação aos aspectos históricos que deram sustentação à visão de mundo do protestantismo que aqui chegou.

Um protestantismo metodizado

A partir de 1820, iniciou-se um período nos Estados Unidos que se convencionou chamar de *Era Metodista*. Neste período, as outras denominações protestantes da América passaram a sofrer a influência metodista, o que resultou em mudanças substanciais nas suas práticas e até na sua postura doutrinária (Reily, 1981, p. 22). A Igreja Metodista passou a exercer o papel hegemônico dentro do campo religioso, muito embora não tenha se limitado a este espaço. Logo se constituiu num referencial de ação de sociedade americana, graças ao espírito voluntarista presente em seus pressupostos teológicos e ao liberalismo que lhe garantia o caráter ideológico. Sendo assim, coordenou um avanço missionário dentro e fora de seus limites territoriais. Era necessário levar a cultura americana identificada como a representante do Reino de Deus na Terra a outros povos. A estratégia metodista utilizada para obter o caráter hegemônico na sociedade foi a educação. Proliferaram-se rapidamente as escolas em toda nação americana com os mesmos objetivos, não só o de formar ministros para suas igrejas mas, principalmente, levar os ideais de uma América cristã (metodista) a todo o mundo.

As primeiras missões protestantes permanentes que chegaram ao Brasil representavam uma mesma cultura e uma mesma forma de pensar e de agir, dominada pela hegemonia metodista norte americana. O protestantismo neste período se afigura, assim, como uma versão religiosa dos ideais liberais, caracterizado pelas influências de um determinado contexto e país. Quando veio para o Brasil, era um protestantismo *metodizado* (Reily 1984). Portanto, o protestantismo norte-americano, que aqui chegou, era um conjunto de denominações (metodistas, presbiterianos e batistas principalmente) que tinham uma visão e uma prática tanto religiosa quanto educativa, dominada por uma igreja que, naquele

momento, exercia o papel hegemônico na sociedade americana. Estes eram prontamente identificados como representantes da América, livre e democrática, do Norte.

Este protestantismo oferecia para aqueles desejosos de uma reforma nos modos sociais e econômicos da época um rompimento com os antigos valores representados pela Igreja Católica e sua sociedade provincial, sacralizada, hierarquizada, elitista e aristocrática. Muito mais do que uma simples forma de se expressar uma fé num Deus, o protestantismo, era, antes de tudo, uma nova visão de mundo, um passaporte para o mundo moderno, vindo dos Estados Unidos como uma bandeira viva do progresso.

Colégios protestantes e sua ideologia

Os primeiros missionários que aqui chegaram, no vácuo dos primeiros imigrantes sulistas confederados, logo se convenceram de que, somente com a doutrina religiosa, o protestantismo não ganharia espaço nesta cultura. Era necessária uma ação educativa capaz de criar uma tensão que deslocasse a Igreja Católica do seu posto hegemônico. Esta tensão viria através dos colégios protestantes em oposição aos colégios católicos. Os missionários estavam certos da superioridade do seu sistema pois, em seu próprio país, ele já havia resultado como satisfatório; representando um meio excelente de transmissão cultural e ideológica. Em 1867, já se encontrava estabelecida a primeira escola protestante na região de Campinas, o Colégio Internacional.

A educação foi utilizada como um instrumental possibilitador do acesso ao poder e da constituição de uma pretensa hegemonia política, cultural e religiosa. Nesta análise, o conceito de educação está vinculado organicamente ao de hegemonia, ou seja, não existe educação desvinculada completamente dos fatores ideológicos, uma educação neutra, sem interesse de uma determinada classe ou grupo social. Visto por esse prisma, a função da educação visa as relações sociais em que o homem está imerso, cujo objetivo é modificar ou manter uma estrutura social. O protestantismo norte-americano, imbuído pelo mito do *Destino Manifesto*,¹ acreditava-se guardião e portador da verdadeira organização social e da verdadeira religião cristã. A vertente educacional operacionalizou esta forma de interpretação

¹ Convicção de que a nação norte-americana seria o novo povo escolhido por Deus para a missão de levar ao mundo os ideais de uma alta sociedade cristã, não por um privilégio concedido, mas como um dever a ser cumprido.

da realidade, trazida pelos missionários, adquirindo uma dimensão de influência mais ampla do que aquela do espaço evangélico, na sociedade brasileira. É necessário lembrar que os focos de análise recaem sobre um cenário histórico tomado pela tensão existente entre o Império e o surgimento da República.

A educação protestante veio aliada as novas descobertas metodológicas presentes na Europa dinamizadas, porém, segundo padrões norte-americanos: um novo modelo educativo que veio ao encontro dos anseios das elites progressistas, desejosas de uma educação que trouxesse a revolução em seu arcabouço.

Educação no Brasil: da colônia à república

No Brasil Império, o ensino atendia aos interesses da metrópole. Era necessário preparar a corte com intelectuais que garantissem a efetivação do Estado imperial. Surgiu o ensino público e laico. Financiado pelo Estado, o ensino passou a formar cidadãos para o exercício de atividades necessárias à sua manutenção. O cenário político ainda era dominado por dois partidos, que se alternaram no poder desde sua criação, na década de 1830, até a proclamação da república: o *Liberal* e o *Conservador*.

Neste período, o ensino público passou por algumas reformas de cunho mais estrutural do que metodológico. O ensino primário deixou de ser responsabilidade do poder central e passou a ser competência das províncias. Surgiram então, as primeiras escolas normais do Brasil, com a função de serem instituições destinadas exclusivamente à preparação dos candidatos ao magistério público. Era a primeira mostra concreta de uma preocupação quanto à formação de professores que haveriam de ensinar as primeiras letras.

A primeira escola normal da Província de São Paulo surgiu a 16 de março de 1846. Desde a sua implantação, não faltaram empecilhos à sua continuidade. Uma série de descasos envolvendo principalmente a dotação de recursos financeiros e a má vontade política levaram a escola a fechar suas portas por vários anos. Neste ínterim, vários nomes de destaques tanto em questão de educação como política se debruçaram em torno desse problema, tentando achar alguma solução para esse impasse. A sociedade, em fase de transição, carecia de um ensino que instrumentalizasse os indivíduos não só na compreensão dos novos fatos que cada vez mais chegavam principalmente da Europa, mas também na busca de soluções para os problemas que se apresentavam tanto de ordem político-social quanto econômica. Com o seu

fechamento em 1868, surgiu uma lei da Assembléia Provincial estatuinto que o provimento de professores para as escolas dependeria de um simples exame perante uma comissão nomeada pelo governo. Os professores beneficiados por essa lei ficaram conhecidos como *professores de palácio*, por serem os exames efetuados numa das salas do palácio.

Novas tentativas foram feitas, mas sempre esbarravam nos mesmos problemas. À situação política e de pessoal, que tomava conta do inoperante ensino público na Província, somava-se a falta quase que folclórica de local apropriado para se ensinar, material mobiliário e didático, tornando o ensino uma tarefa quase que impossível. A escola secundária não "formava", pois tinha como função fundamental preparar os filhos das classes dominantes para o ingresso nas academias e escolas de medicina e de engenharia, ou seja, preparar para a entrada nas escolas superiores. Esta função não era antagônica ao modelo educacional proposto para a época, pois só freqüentavam as escolas os filhos das camadas sociais mais abastadas, portanto, aqueles que tinham como objetivo serem doutores. A educação estava dividida entre dois sistemas igualmente ineficientes para as pretensões visadas. De um lado o religioso, representado pela Igreja Católica, preponderantemente jesuítico, que formava o pensamento nacional, e do outro o leigo, que era função do Estado; terrivelmente influenciado, entretanto, pelo primeiro, que se estabelecia como parâmetro (Mendonça, 1984, p. 104).

Contudo, para intelectuais que já respiravam os novos ares liberais vindo da Europa, e também dos Estados Unidos, a crença na educação estava assentada no viés instrumental. Era necessário fazer a reforma política e a educação seria o principal veículo. A ignorância era vista como a causa de todas as crises e a educação do povo deveria ser a base da nova organização social. Portanto, o primeiro problema nacional estava na difusão da instrução como a chave para a solução de todos os problemas sociais, econômicos e políticos. O impasse que se estabelecia naquele momento era sobre as fontes inspiradoras para um modelo de educação que correspondesse as mudanças desejadas por aqueles intelectuais, uma vez que a educação do povo no Brasil imperial nunca foi prioridade do Estado. Esta era uma questão que demandava uma resposta urgente, pois os problemas educacionais só tendiam ao agravamento, arrastando consigo as ambições políticas dos republicanos.

A ligação desse grupo remonta ao início da década de 60, no tempo em que seus componentes freqüentavam a Academia de Direito de São Paulo. Entre eles encontravam-se Prudente de Moraes Barros, Campos Salles, Bernardino de Campos, Rangel Pestana, Salvador

Furtado de Mendonça, Francisco Quirino dos Santos e Teófilo Otoni. Todos foram muito influenciados pelo professor José Tell Ferrão, um americanófilo que havia deslocado o eixo de referência da Europa para os Estados Unidos. Alguns destes agentes históricos se destacaram na luta em favor da educação. Embora não seja o propósito deste trabalho, discorrer sobre esses personagens é necessário entender os papéis desempenhados por alguns deles nesta luta, pois foi com a força de sua organização que o ensino protestante pôde chegar e conquistar o seu espaço na sociedade paulista de modo mais tranqüilo.² A permanência e o sucesso das escolas protestantes norte-americanas junto a sociedade paulista, estava ligado diretamente na relação que se havia estabelecido entre o desejo dos protestantes se expandirem no Brasil e o interesse desses intelectuais na bagagem que os norte-americanos poderiam trazer.

Somente por ocasião da mudança de regime político foi que o sistema de ensino público sofreu alterações tanto estruturais quanto metodológicas. Embora alguns autores, como Nagle, sustentam que não houve alterações significativas no sistema educacional nos primeiros decênios do regime republicano, e que *o fervor ideológico, apresentado no campo da escolarização, no início da República, não só não durou muito tempo, como não rendeu frutos que dele se esperava* (1977, p. 191); o que em parte, impelidos pelos argumentos históricos concordamos, contudo, o que nos interessa aqui é trazer à tona alguns aspectos da contribuição da educação norte-americana neste período reformista e não qualificá-la. O mesmo autor deixa brechas para esta suposição, ao dizer que apesar da não continuidade houve algum esforço reformista mais profundo - *por exemplo, o representado pela reforma paulista de 1892, realizado por Caetano de Campos* (Nagle, 1977, p.191).

Visão republicana de educação

Os ideais republicanos não eram novos no Brasil. Eles já nutriam os movimentos revolucionários emancipacionistas que ocorreram antes mesmo da independência.³ Tais ideais permaneceram fortes no ideário de alguns revolucionários que acreditavam ser a República o melhor regime de governo para o Brasil. A partir da criação do partido republicano e da

² Mesquida (1994) traz um bom mapeamento sobre este período.

³ Inconfidência Mineira em 1789; Revolução Pernambucana em 1817 e a Revolução Farroupilha, que foi o movimento onde as idéias republicanas se transformaram em realidade, embora efêmera. Durante oito anos os gaúchos constituíram uma República na Monarquia.

publicação do Manifesto Republicano em 3 de dezembro de 1870, estes ideais ganharam formulações mais consistentes. Seus integrantes passaram a atacar o regime monárquico com violentas campanhas, sobretudo pela imprensa, pelas lojas maçônicas e pelas conferências públicas. Em São Paulo, este movimento expandiu-se e intensificou-se particularmente no Oeste do Estado. O Manifesto lançado aproximava indelevelmente o Brasil do modelo norte-americano: *somos da América e queremos ser americanos*. Dessa maneira, os ideais e o sistema de valores norte-americanos estavam sempre presentes nos discursos dos líderes republicanos brasileiros, distanciando-os do polo dominante inglês. Desde a convenção do partido Republicano de 1873, teses como a defesa da liberdade religiosa e da separação e independência entre os poderes temporal e espiritual já estavam definidas nas bases para a Constituição do Estado de São Paulo (Reis Filho, 1995, p. 35-36). Com isso, os republicanos estavam comprando uma briga não só com o atual regime político mas também com a Igreja Católica, já que eram apenas faces distintas da mesma moeda.

O movimento republicano deu à educação um peso que certamente não tinha até então. Era necessário buscar uma saída que substituísse "o velho e ineficaz" sistema escolástico dos jesuítas, ainda presente nas escolas. A democracia significava a liberdade e esta só seria atingida pela instrução. Para o positivista Alberto Salles, a educação era um fato social capaz de ser utilizado como instrumento privilegiado da ação revolucionária (Bastos, 1862). Estes republicanos tomaram a revolução americana como a representante na América dos mesmos ideais revolucionários franceses, graças ao seu sistema educacional pragmático, implantado nos Estados Unidos. E essa revolução poderia chegar ao Brasil caso se optasse por um modelo educacional semelhante ao daquele povo.

O partido republicano, para alcançar e manter-se no poder, necessitava permanentemente reproduzir as condições que lhe possibilitasse exercer sua forma de dominação. A educação seria utilizada como meio de reproduzir uma ideologia dominante, dissimulando as contradições da realidade. Tal qual fôra utilizada, até então, no regime monárquico. Era necessário convencer o povo das vantagens e da superioridade do regime republicano com relação à monarquia. Progressistas de várias linhas doutrinárias, de um modo geral, haviam se engajado nesta luta: os maçons republicanos estimularam a criação de escolas em toda a região Oeste de São Paulo e passaram a apoiar largamente os pastores e sua iniciativa educacional; os positivistas também contribuíram de diversas formas com a presença e permanência dos colégios protestantes. Foi um período de verdadeiro entusiasmo

pela educação. Os republicanos utilizaram a educação como um elemento de luta contra o regime dominante, pois ela atendia perfeitamente suas intenções: exercer uma hegemonia não pela coerção do indivíduo e da sociedade, mas pelo consentimento. Este interesse levou ao estabelecimento de uma profícua aproximação entre os homens que queriam a república como forma de governo e os protestantes que desejavam ardentemente expandir-se por todo território brasileiro.

O ensino escolar público tinha, portanto, dois interesses intrínsecos: o primeiro ligado ao seu papel hegemônico, e o segundo refletia a atração exercida pelo modelo cultural e político dos Estados Unidos da América. Tavares Bastos conclamava:

dispam-se dos prejuízos europeus os reformadores brasileiros: imitemos a América. A escola moderna, a escola sem espírito de seita, a escola comum, a escola mista, a escola livre, é a obra original da democracia do novo mundo. (1870, p. 247)

Estava claro, que, para a elite republicana, a aceitação ou rejeição do protestantismo trazido inicialmente pelos imigrantes e estabelecido posteriormente pelas igrejas e escolas, se traduzia na medida em que era visto como uma versão religiosa dos ideais liberais e democráticos do século XIX. Para Mendonça, *as elites brasileiras, em grande parte liberal, não estavam interessadas na “religião” protestante, mas na educação que os missionários ofereciam* (1984, p. 74). Trata-se de um fato bem real, já que não se têm muitos relatos convincentes de que esta elite tenha ocupado os bancos das igrejas, professando a fé protestante. Embora muitos exaltassem esta fé, chegando ao ponto de defendê-la, era muito mais uma relação de interesses do que realmente uma convicção de caráter religioso. Em outras palavras, a sociedade brasileira aceitava o *espírito da civilização moderna* antes que a doutrina religiosa que estava presente no protestantismo.

O puritanismo não era, porém, única e exclusivamente uma seita religiosa: era também a personificação viva de um credo político, pautado nos mais elevados princípios de direito e de justiça, e perfeitamente de acordo com as largas vistas da democracia. (Salles, 1879, p. 155-156)

Assim, pretendiam resolver os problemas que atingiam a sociedade através de um modelo educacional mais uma vez importado. Entretanto não se deram conta de que os modelos pedagógicos estrangeiros sempre estão vinculados às condições peculiares das quais

são originários e que, ao serem transplantados para uma outra cultura, sem os mesmos fatores motivadores, criam distorções que precisam ser continuamente retificadas (Reis Filho, 1995, p. 9). E neste caso em particular, os fatores motivadores eram definidos pelo substrato religioso presente no modelo educacional. Extraí-se o fundamento religioso do sistema educacional protestante e ele deixaria de ser o que é.

A reforma da educação pública sob as bênçãos protestantes

Após a proclamação da República em 1889, foram indicados pela frente do partido Republicano para constituir um governo provisório do Estado de São Paulo, os cidadãos Rangel Pestana, Prudente de Moraes e coronel Mursa. No dia 3 de dezembro, Prudente de Moraes foi então nomeado Governador do Estado. Como nenhuma transformação social profunda se realiza sem a criação de uma estrutura de ensino que de suporte e transmita, por meio de formação adequada, às gerações futuras, os novos valores (Reis Filho, 1995, p. 7), Prudente de Moraes Barros, propôs a reforma da instrução pública no estado de São Paulo.

Prudente de Moraes encarregou Rangel Pestana de traçar a desejada reforma. Atendendo aos apelos do correligionário e amigo, em poucos dias, aprontou um projeto que corporificaria as idéias que desde muito já vinham defendendo na imprensa e na então Assembléia Provincial. Rangel Pestana, nas palavras do próprio Prudente, era o seu mentor nos negócios relativos à instrução pública de São Paulo.

Pestana indicou para dirigir a Escola Normal o médico Antônio Caetano de Campos, o qual, se desviando de suas reais funções, aceitou a importante incumbência de dirigir esta instituição e, aos 12 dias de março de 1890 apresentou a chamada *Grande Reforma*; reestruturando a Escola Normal e convertendo-a em escola modelo para as escolas anexas. A partir daí, já se demonstrava a inequívoca semelhança com o modelo americano de educação. As escolas modelos eram concebidas à semelhança da *Training School* americanas, como campo de experimentação e observação de novas técnicas e atuação dos professores. Isso mostraria a sociedade paulista a diferença entre a monarquia e a república no que diz respeito a educação do povo. Dizia Caetano de Campos: *No regime monárquico, a nação pagava os mestres dos príncipes sob o pretexto de que estes tinham necessidade de uma instrução fora do comum para bem governar o povo. Hoje o povo é o príncipe (...)*. (In: Rodrigues, 1930, p. 255).

Almejava-se assim para as escolas públicas a aplicação do mesmo método pedagógico já desenvolvido nos colégios protestantes com resultados satisfatórios, o chamado *método intuitivo*, que apesar de já ter sido proposto anteriormente pela reforma *Leôncio de Carvalho*, de 1879, somente algumas pouquíssimas escolas particulares da época praticavam. Prudente de Moraes, responsável pela iniciativa da reforma educativa, foi um incentivador desse novo modelo de ensino; e vendo o Colégio Piracicabano como uma fonte de tais iniciativas, declarou que ele *havia tomado como modelo o sistema norte-americano*⁴, praticado por esta escola. Na tentativa de resolver o problema inerente ao pessoal qualificado para a implantação e desenvolvimento do novo sistema educacional em que se viam envolvidos, Prudente de Moraes convidou a própria Martha Watts para tomar lugar a frente na condução do processo; diante da impossibilidade declarada por Watts, por sugestão de Prudente de Moraes, Caetano de Campos entrou em contato com o Dr. Lane do Colégio Americano, que recomendou duas mulheres (Márcia P. Bowne e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade) como conhecedoras experientes do método intuitivo. Assim expressou-se Caetano de Campos, numa carta endereçada a Rangel Pestana, no Rio de Janeiro, sobre as duas professoras indicadas:

Depois de uma luta que talvez lhe possa contar um dia, descobri por intermédio do Dr. Lane, da Escola Americana ¾ a quem ficarei eternamente grato pelo muito que se tem interessado pelo êxito da nossa reforma ¾ uma mulher que mora aí no Rio, adoentada, desconhecida, e que esteve quatro anos estudando nos Estados Unidos. É uma professora, diz Lane, como não há segunda no Brasil e como não há melhor na América do Norte. Estudou lá, sabe os segredos do método, escreve compêndios, sabe grego, latim, em suma é a “avis-rara” que eu buscava. (...) A mulher do Rio (D. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade) vem, pois, reger a aula de meninas da escola-modelo (...) Faltava-me, porém, um homem para os meninos e isso é que é absolutamente impossível. Nova luta e peripécias inacreditáveis para mim. Achei por fim, não um homem, mas uma mulher-homem (...) Miss Browne, 45 anos, solteira, sem parentes nem aderentes, ex-diretora de uma Escola Normal de senhoras em S. Luiz (Massachusetts), possuidora de 250 contos, ensinando crianças por prazer e vocação (assim como há vocação para freira), e, finalmente, trabalhando como dois homens, diz ela, quando o ensino o necessita. Americana, que me a cede cinco dias por semana, para ajudar-me a realizar a reforma, que ficaria impossível sem ela (...). (In: Rodrigues, 1930, p. 192 e 193)

⁴ *Jornal de Piracicaba*. 15 de setembro de 1901: 2.

Ambas estiveram à frente das inovações implantadas na Escola Normal desde a reforma, sendo que Browne permaneceu por mais tempo à testa dos trabalhos de organização de novas escolas-modelo na rede de ensino público do Estado. Durante esse tempo, o Colégio Americano de Campinas e o Colégio Piracicabano, em Piracicaba, estiveram ao lado da Escola Normal, oferecendo seus préstimos sempre que necessário, seja intermediando compras de materiais indispensáveis à aplicação do método intuitivo, fosse auxiliando na formação de professores que pudessem instituir novos processos escolares. A partir dos anos 90, o Piracicabano manteve uma seção de Pedagogia para atender à formação de professoras que pudessem atuar nas escolas da região.

Em um discurso pronunciado em comemoração ao 77^o aniversário do Colégio Piracicabano, o ex-aluno, João Sampaio, demonstra de modo muito convincente o quanto a contribuição deste educandário foi importante para a educação no Estado de São Paulo e o quanto as intenções expressas pelos educadores metodistas tinham atingido seus objetivos: marcar indelevelmente a vida de seus alunos para que esses exerçam sua influência onde quer que estejam.

Prudente de Moraes, (...) elevado ao governo do novo Estado de São Paulo, em 1889, entre as notáveis realizações que empreendeu, no curto lapso de um ano, deu início e vigoroso impulso à Reforma da Instrução pública, depois continuada por Cezário Motta. O embrião dessa Reforma foi o Colégio Piracicabano. A instrução pública na antiga Província de São Paulo, como em todo o Império, não excedia aos limites do rudimento. Ler, escrever, e as quatro operações elementares. O seu tipo era a Escola Régia, mal instalada, escassa e de orientação obsoleta. Prudente de Moraes, inspirado pelo exemplo vivo do sistema norte-americano, idealizou o plano da Reforma, cujo desenvolvimento foi uma das bases da grandeza de São Paulo. (Sampaio, 1958, p. 12 e 13)

Conclusão

É inegável a contribuição dos colégios protestantes à educação pública paulista na renovação dos métodos pedagógicos: na introdução da co-educação, contra a tradição católica de separação rigorosa de sexos; na dignidade na educação do sexo feminino, contra o preconceito à sua formação; na inovação curricular, com ênfase ao aspecto científico, contra um currículo essencialmente clássico, no qual as ciências físicas e naturais eram apresentadas quase sem o uso de laboratórios e experimentação; no princípio de liberdade de religião nas escolas e contra a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas e no espírito de

compreensão, ou mesmo de ternura, que permeava as relações entre professor-aluno, contra o autoritarismo baseado no princípio do *magister dixit* (Ramalho, 1976, p. 79)

Certamente muitas questões quanto ao mérito dessa contribuição ficam para serem resolvidas num estudo mais aprofundado. Entretanto, ao se examinar detalhadamente as transformações pedagógicas, nesse período, depara-se inequivocamente com a marca educativa desses protestantes, seja na renovação de métodos pedagógicos, na reformulação curricular, seja na introdução de novas técnicas e principalmente de um novo espírito e uma nova mentalidade. Nossa intenção aqui foi a de simplesmente jogar feixes de luz sobre alguns desses aspectos, ainda não tão estudados na história da educação brasileira. Essa lacuna torna a tarefa de avaliar a extensão da influência da educação praticada pelos protestantes, neste período, um tanto difusa. Os autores que discutem a educação brasileira, no período em questão, têm se limitado a fazer pequenas referências sobre a contribuição protestante norte-americana para o modelo educacional paulista. Apesar de alguns concordarem com esta contribuição, não dispensaram tempo necessário a uma análise histórica mais profunda.

Referências bibliográficas

- BARBANTI, Maria L. Hilsdorf. **Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo**. São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado), 1977.
- BASTOS, Aureliano C. Tavares. **A província: estudo sobre a descentralização do Brasil**. São Paulo: B. L. Garnier, livreiro editor, 1870.
- _____. **Cartas do solitário**. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1862.
- COSTA, A. Maria Siqueira. **O destino (não) manifesto: os imigrantes norte-americanos no Brasil**. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1985.
- JONES, Judith Mac Knight. **Soldado descansa! uma epopéia norte-americana sob os céus do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Jarde, 1967.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1984.
- MENDONÇA, A. G. e VELASQUEZ FILHO, P. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola/Ciências da Religião IMS, 1990.
- MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil (um estudo de caso)**. Juiz de Fora/São Bernardo do Campo: Edufjf/Editeo, 1995.
- MORAES BARROS, P. Presidente do congresso. **Anais da sessão constituinte**. São Paulo, v. 3, 24 de fevereiro de 1891.
- _____. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba, 15 de setembro de 1901: 2.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU, EDUSP, 1974.
- PESTANA, Rangel. **Estado de São Paulo**. São Paulo, 4 de janeiro de 1890: 1.
- RAMALHO, Jether Perreira. **Prática educativa e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- REILY, Duncan A. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1984.
- REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez, 1995.
- RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da educação brasileira – a organização escolar**. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1984.
- RODRIGUES, João L. **Um retrospecto**. São Paulo: Instituto D. Ana Rosa, 1930.
- SALLES, Alberto. A instrução pública no Brasil. **Almanaque literário de São Paulo**. São Paulo: Editores Proprietários, 1879. p. 153-158.
- SAMPAIO, João. **Discurso no 77º aniversário do Colégio Piracicabano**. São Paulo, Assumpção, Teixeira, 1958.

Artigo enviado em 17/08/2002